



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 14 HORAS, NA SALA DO CONSELHO SUPERIOR, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES. x

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente convocado, sob a Presidência do Professor José Luiz Rezende Pereira, Vice-Reitor no exercício da Reitoria e dos Conselheiros: Alexandre Zanini, Ana Paula Ferreira, Antônio Márcio Resende do Carmo, Diva Chaves Sarmento, Edimar José de Oliveira, Edimilson de Almeida Pereira, Edna Ribeiro Hernandez Martin, Eduardo Magrone, Eduardo Salomão Condé, Fabiola Paulino da Silva, Hélio Antônio da Silva, Helton Geraldo Magalhães, Irio Orlandi, Janemar Melandre da Silva, Jhonatan Monteiro Santana, João Batista Picinini Teixeira, José Farias Lima, Lílían Pinto da Silva, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Márcia Aparecida de Paula e Souza, Marcus Vinícius David, Maria dos Remédios Pereira da Silva, Marise Pimentel Mendes, Marta Tavares d'Agosto, Mirelly Vasconcelos Cardoso, Paulo Dimas de Castro, Ricardo Bonfante, Ricardo Cristófaró, Richard Tavares, Rodrigo Camurça, Rodrigo de Souza Filho, Romário Geraldo, Rubens Luiz Rodrigues, Sebastião Luiz de Aquino Girardi, Sebastião Marsicano Ribeiro Júnior e Thiago Coeli, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente iniciou a reunião justificando as ausências do Magnífico Reitor, Professor Henrique Duque de Miranda Chaves Filho e dos (as) Conselheiros (as): Marcos Vinícius Chein Feres, Rubens de Oliveira, José Luiz Lacerda, Maria Lúcia de Castro Polisseni, Fernando Salgueiro Perobelli, Vanderli Fava de Oliveira, Gírlene Alves da Silva, Raul Francisco Magalhães e Lúcio Guedes Barra. Em seguida O Presidente do Conselho deu às boas vindas a representação estudantil e passou a **ORDEM DO DIA: PLENÁRIO: 1) Apresentação da Proposta Preliminar do PDIC (Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio) das Universidades Federais do Sul-Sudeste de Minas Gerais.** O Senhor Presidente explicou que essa reunião não terá caráter deliberativo e que será feita uma apresentação da Proposta Preliminar do PDIC e relatar como essa proposta foi construída. Aproveitou a oportunidade e solicitou ao Secretário Geral, Basileu Tavares, que distribuisse aos conselheiros uma nova versão do PDIC das Universidades Federais do Sul-Sudeste de Minas Gerais que foi recebida antes da reunião. Relatou que as notícias da mídia aparecem vários termos: fusão de universidades, super universidade e até mega universidade, e isso parece uma idéia plantada. Na realidade a proposta inicial é de se estabelecer um consórcio entre essas universidades e o objetivo central é otimizar os recursos, sejam humanos ou financeiros. Informou que o Magnífico Reitor o delegou acompanhar, como representante da Administração Superior, as discussões e comparecer as reuniões do consórcio. Fez um histórico das reuniões ocorridas, sendo a primeira em Lavras somente com os reitores. Nessa reunião foi feita uma proposta, e acatada pelos presentes, de se dividir em grupos para se construir esse PDI em áreas temáticas. Na área temática de Graduação ficou responsável a Federal de Alfenas; na área temática de Pós-Graduação responsável a Federal de Juiz de Fora; área temática de Extensão Universitária responsável Federal de São João Del-Rei; área temática de Assuntos Estudantis responsável Federal de Ouro Preto e área temática Planejamento e Gestão responsável Federal de Lavras e a Federal de Viçosa assumiu a Coordenação Geral dos trabalhos. Ainda foi criada, sob responsabilidade do Reitor da Federal de Viçosa uma área temática de tecnologia da informação e o setor de comunicações. Além

1 desses seis grupos foram criados depois, mais dois grupos temáticos. Passamos a
2 reunir em uma das universidades e o Reitor ou Vice-Reitor junto com os Pró-
3 Reitores dessas áreas temáticas e fazíamos uma plenária inicial e após os grupos
4 dividiam-se em salas separadas para discutir os assuntos relativos às áreas temáticas.
5 A penúltima reunião ocorreu em Juiz de Fora esse PDI ficou praticamente
6 alinhavado, ou seja, ter um documento que permitisse uma discussão interna nas
7 universidades. A última reunião, em Itajubá, esse documento foi melhorado e é o que
8 apresentamos a esse Conselho Superior. Em seguida o **Senhor Presidente**
9 apresentou a seguinte proposta: que o PDIC seja levado pelos Diretores as suas
10 unidades acadêmicas, além das entidades sindicais: APES, DCE e o SINTUFEJUF
11 façam a discussão junto as suas bases. Ou seja, precisamos elaborar aqui nesse
12 Conselho é um cronograma para discussão desse documento, que é um documento
13 inicial. Lembrou que quando foi enviada a convocação desse Conselho foi enviada
14 uma versão e nesse momento já estamos distribuindo uma nova versão que
15 recebemos hoje, e já vimos que tem alterações a serem feitas em relação ao que se
16 refere a UFJF. Propomos também centralizar todas as informações junto a Secretaria
17 Geral, pois quando quaisquer alterações forem recebidas serão distribuídas e também
18 qualquer sugestão que quiser ser feita seja enviada ao Secretário Geral. Lembrou que
19 estava previsto para amanhã a entrega desse documento ao Ministro da Educação,
20 Fernando Haddad, mas as informações que recebemos hoje é que o encontro seja
21 realizado na próxima semana. Conclui sua fala dizendo que esse documento será
22 entregue ao Ministro para uma avaliação interna em nível de ministério, e somente
23 esse documento será fechado depois que se fizer uma rodada interna dentro das
24 Universidades e depois formular um documento único junto a todos os reitores.
25 Complementaram a fala do Presidente os Conselheiros Alexandre Zanini e Romário
26 Geraldo ratificando que o PDIC é um documento em construção, e quanto aos
27 recursos financeiros foi informado que as atividades do consórcio deverão ser
28 financiadas por recursos especificamente a elas destinadas. Foi frisado que o
29 Presidente da ANDIFES disse que a idéia do Consórcio é algo que deveria ser
30 seguido pelo sistema das universidades brasileiras, por ser um exemplo de um termo
31 de cooperação de apoio em várias áreas, sendo sugerido que essa idéia seja levada
32 para outras regiões do país. O Presidente do Conselho faz um aparte e diz que a
33 autonomia não é só em termos de orçamento, e exemplifica dizendo que se uma
34 universidade resolve individualmente alçar a um edital de maneira independente ela
35 tem toda a liberdade para fazer isso. Foi também informado que o Professor Luiz
36 Cláudio Costa, coordenador do Consórcio, enviou uma carta e nos últimos parágrafos
37 desse documento coloca que o governo federal e a Casa Civil juntamente com a
38 Coordenação do Consórcio têm feito reuniões visando à elaboração de um projeto de
39 lei que permite legalmente a organização da universidade em consórcio. Lembrou
40 que a entrega do documento ao MEC é para análise da pré-proposta da criação do
41 consórcio supracitado, mas o único objetivo é dar conhecimento ao MEC das
42 discussões e propostas até então encaminhadas. O documento final bem como a
43 aprovação da adesão das instituições somente ocorrerá após ampla discussão pelos
44 conselhos respeitando os princípios da autonomia e da soberania e o calendário de
45 discussões estabelecido por cada uma das IFES participantes. É importante destacar
46 também que além do enorme desejo de estabelecer o consórcio, as IFES sempre
47 reafirmaram que “as prerrogativas da autonomia concedidas ao consórcio não
48 interferem e nem sobrepõem a autonomia universitária de cada uma das
49 consorciadas”. Em seguida o Presidente do Conselho colocou o assunto em
50 discussão, sendo que houve manifestação dos Conselheiros: 1) **Fabíola Paulinho,**

1 **representante discente** agradeceu a manifestação de boas vindas apresentadas pelos
2 conselheiros e apresentou três pontos que entende ser fundamentais. Primeiro que
3 houve um murmurinho de que teria ou não a construção de um projeto e se seria ou
4 não um consórcio, e declarou saber pelo jornal local, que a UFJF faria parte da super
5 universidade. Segundo procuramos saber que documento havia sido assinado e
6 pedimos, junto a Administração Superior, o Protocolo de intenções que foi assinado
7 no dia 10 de agosto. Avaliamos que a comunidade acadêmica poderia ter sido mais
8 envolvida na elaboração desse protocolo que traça as diretrizes gerais desse projeto
9 que hoje está sendo apresentado. Entende que se a comunidade tivesse sido
10 envolvida hoje teríamos um projeto mais consolidado, mais coletivo e teríamos
11 menos alterações a serem oferecidas. Informou que o DCE participou das reuniões na
12 UFJF, prioritariamente do grupo de assistência estudantil, e do grupo de gestão e
13 planejamento. Participou também de uma reunião com o representante da Petrobrás,
14 além de um debate na UFJF que teve a presença do Pró-Reitor de Graduação e
15 convidados a APES e o SINTUFEJUF. Nesse debate muitas dúvidas foram
16 suscitadas. O DCE também participou de uma reunião em Itajubá e depois
17 articulamos uma reunião aqui em Juiz de Fora com seis outros DCEs para saber da
18 realidade da perspectiva dos estudantes na questão da assistência estudantil, como é a
19 questão dos cursos, como o REUNI está sendo implementado nas outras
20 universidades. Com isso tiramos uma agenda unificada dos DCEs. Reunimos o
21 Conselho de CAs e Das, no CONCAD e de forma responsável tiramos uma postura
22 de participar dessas duas últimas reuniões e de contribuir com o que acreditamos
23 sejam bandeiras históricas do movimento estudantil, porque o projeto ainda está em
24 discussão e disputa. Em Itajubá os representantes do DCE participaram do grupo de
25 graduação e de assistência estudantil e chamamos atenção para a questão da situação
26 do que as universidades vivem hoje. Entendemos que esse consórcio, esse novo
27 projeto deve ter um papel fundamental que é de garantir a estabilidade do ensino
28 superior. Promovendo mobilidade acadêmica, trocando informações, incentivando a
29 pesquisa e extensão, e uma preocupação enorme com a criação de novos cursos.
30 Queremos saber verdadeiramente a origem desse projeto, quando teve início, se foi
31 iniciativa do MEC ou não. Em relação à adesão ao consórcio questionou qual é o
32 prazo para aderir definitivamente ao consórcio. 2) **Eduardo Magrone** deu boas
33 vindas à representação discente e informou que participou de dois debates: um
34 promovido pelo SINTUFEJUF e outro pelo DCE e nos dois manifestou que a
35 Administração Superior também reivindicava mais informações sobre esse projeto. O
36 que lhe chamou a atenção é a possibilidade de ampliar recursos para a assistência
37 estudantil, dentre outros itens da pauta do PDIC. Das reuniões que participou ficou
38 estabelecido que cada Universidade deverá assegurar a sua identidade no que diz
39 respeito à gestão de recursos e a gestão pedagógica da graduação. Porém há
40 possibilidades de nós utilizarmos e aproveitarmos recursos, às vezes até ociosos e
41 desperdiçados, das sete universidades. Informou que há uma possibilidade de
42 enriquecimento acadêmico através de consolidar definitivamente a mobilidade
43 nacional entre as universidades. Isso implicaria em uma estrutura também comum
44 para gerenciar toda essa mobilidade, que não sobrecarregue os servidores técnico-
45 administrativos que estão hoje bastante mobilizados para a expansão e reestruturação
46 das Universidades, hoje vigentes em decorrência do REUNI. Outra proposta que foi
47 bem acolhida é a criação dos bacharelados interdisciplinares, especialmente de artes
48 e design. Outra proposta é a unificação do processo seletivo e lembrou o Censo do
49 Ensino Superior do MEC em 2008 onde quase 50% (cinquenta por cento) de
50 estudantes não aproveitaram as vagas, 50% (cinquenta por cento) das vagas

1 oferecidas para as universidades públicas e privadas do país que não foram
2 aproveitadas, 43% (quarenta e três por cento) de evasão nos cursos com duração de
3 quatro anos, ou seja, é um ensino que está em crise e não é só falta de recurso, há
4 uma engenharia institucional e acadêmica e está clamado por mudança. Não dá pra
5 conviver com 40% (quarenta por cento) dos alunos matriculados em pedagogia,
6 direito e administração. Diz que a expansão dos anos 90 gerou monstruosidades que
7 tem de ser agora corrigida e não vai ser afirmando o mesmo modelo, a mesma
8 arquitetura curricular que até agora nos acompanhou. Conclui dizendo que o
9 Consórcio tem essa possibilidade de colocar para a sociedade e para as sete
10 universidades esse desafio de uma maneira mais unificada e cooperativa. **3) Rubens**
11 **Rodrigues, representante da APES** diz que a entidade foi pega de surpresa
12 primeiramente em torno das condições para desenvolver o debate, depois a
13 premência para tomar decisão em relação ao consórcio, que inicialmente seria no dia
14 15 do corrente. Comentou que de posse de um documento entende ser hora de
15 viabilizar um processo mais democrático e definir a questão do prazo. Diz entender
16 ser um bom momento para se discutir as perspectiva que podem estar encaminhadas
17 na proposta, mas a partir de uma compreensão de um projeto de universidade que
18 queremos, pois isso envolve processo de democratização, função social da
19 Universidade e financiamento. Diz que como representante sindical frisa que é o
20 elemento central da discussão para preservação da qualidade da educação superior,
21 as condições do trabalho docente. **4) Romário Geraldo** diz que na área temática
22 extensão está sendo levantado o que poderemos fazer de novo senão estaremos
23 criando duplicidade de meios para os mesmos fins. Exemplificou que na área de
24 Cultura a idéia é que se faça um corredor cultural entre as sete universidades, onde
25 será divulgado o que é produzido e incentivar novas produções. Na extensão foram
26 enfocados uns cinquenta itens, destaque para a inclusão social, mas focado na
27 acessibilidade. Outro ponto destacado foi à questão da sustentabilidade, a questão
28 ambiental. **5) Eduardo Condé** diz que de posse de um documento efetivo analisa
29 que não há porque obstar nenhum dos elementos dos objetivos e metas estabelecidas.
30 Diz não achar problema concordarmos quanto aos objetivos e metas. Existe uma
31 tarefa institucional gigantesca para ser formulada e que vai exigir das universidades,
32 disciplina e organização para implementar isso o que impacta fortemente os
33 cronogramas que iremos pensar. Quanto à missão institucional o que cabe aos
34 diretores de unidade entende ser levar os documentos de discussão as suas unidades,
35 mas é preciso saber qual documento levaremos a discussão. Entende que faltou algo
36 no que diz respeito à pós-graduação nesse documento inicial. O Senhor Presidente
37 faz um aparte e diz que em relação aos objetivos e metas que é a substância do
38 documento, isso está fechado. As universidades que irão se consorciar, se fará um
39 contrato de gestão e dentro de cada uma dessas metas irão depender de recursos
40 humanos, de recursos materiais, isso terá que ser qualificado nesse contrato de
41 gestão. Diz que parece persiste alguma zona de sombra em uma discussão da
42 competência do consórcio naquilo que se refere à forma como essa matéria entrara
43 nos conselhos, por exemplo, na criação de cursos ou no desenvolvimento de
44 pesquisas conjuntas, de projetos conjuntos. Perguntou quanto à pós-graduação se há
45 alguma competência instaladas nas universidades? Imagina que nessa política de
46 pós-graduação ao mesmo tempo em que as universidades mantém sua óbvia
47 independência, não se pode mais ser construído um modelo pensando apenas em uma
48 universidade. Ou o consórcio serve para nós otimizarmos recursos, melhorando a
49 eficiência e eficácia das ações das universidades ou esse consórcio vai de alguma
50 maneira interferir nas políticas acadêmicas gerais da universidade. Talvez os cursos

1 que iremos criar no futuro tenham que passar por um fórum aonde isso tenha que ser
2 discutido interinstitucionalmente, sem as universidades perderem sua autonomia.
3 Conclui dizendo que para o consórcio funcionar efetivamente, ele precisa ter níveis
4 de cooperação institucionalmente construídos. Isso implica a universidade aprender a
5 estabelecer padrões de diálogos uns com os outros. Competência institucional a gente
6 só constrói inclusive com o tempo. O Conselheiro Eduardo Magrone fazendo um
7 aparte diz que o consórcio pode evitar que se tenham dois cursos de pós-graduação
8 na mesma área e vizinhos, por exemplo, em razão do interesse social. Isso seria uma
9 grande vantagem do consórcio. 6) **Fabiola Paulino representante discente**, solicita
10 informação a respeito do Conselho Executivo, pois na última reunião que os
11 representantes discentes participaram em Itajubá, esse termo não seria utilizado e sim
12 seria utilizado Comitê Gestor. Frisou que os estudantes entendem que esse Comitê,
13 mesmo não tendo caráter deliberativo, pois os órgãos que deliberam são os
14 Conselhos Superiores de cada uma das universidades, não deveria ser formado só por
15 Reitores, vice-reitores e pró-Reitores, mas ter também uma representação estudantil,
16 dos professores e dos técnico-administrativos em educação. O **Conselheiro**
17 **Alexandre Zanini** fazendo um aparte diz que está previsto na organização
18 administrativa um Conselho Executivo, composto pelos Reitores, vice-reitores e pró-
19 reitores das universidades consorciadas, sendo a presidência rotativa. 7) **Paulo**
20 **Dimas representante dos servidores técnico-administrativos em educação**,
21 registrou as boas vindas à representação discente e disse que se hoje fosse deliberar
22 alguma coisa sobre o consórcio, os TAEs não teriam posição definida, pois não se
23 sentem suficientemente esclarecidos. Informou que a respeito do debate na UFJF
24 com os Reitores para tratar do consórcio o SINTUFEJUF não foi convidado.
25 Informou que o SINTUFEJUF fez uma assembléia e colocamos em discussão o
26 consorcio entre as sete universidades, com a presença do Reitor Henrique Duque e
27 do Pró-Reitor de Graduação. Esclareceu que outro debate será promovido pela
28 entidade sindical e convidaremos a APES e o DCE, para juntos fazermos um debate
29 amplo, para na prática tentarmos entender o consórcio. Solicitou esclarecimento
30 quanto à mobilidade de servidor técnico-administrativo. Relembrou os fatos
31 ocorridos no REUNI e quando dessas discussões foi à servidora técnica-
32 administrativa em educação Heloisa Dede que citou a participação do TAE. Até ali
33 não se falava em concurso para os TAE e foi aí que se abriu vagas para esses
34 servidores, isso depois de muita discussão. Agora nessa discussão de consórcio
35 queremos saber onde os TAEs estão inseridos. O **Presidente do Conselho**
36 respondendo ao conselheiro Paulo Dimas diz que quando falamos em mobilidade
37 estão incluídos os três segmentos: estudantes, docentes e técnico-administrativos. No
38 caso do funcionário irá possibilitar qualificações, pois um TAE poderá fazer um
39 curso especializado, em uma das outras universidades que pertence ao consórcio. 8)
40 **Edimar de Oliveira** sugere que o documento do PDIC do Consórcio seja remetido
41 ao Conselho Setorial de Pesquisa para o fórum de coordenadores, aonde se tem
42 expertises mais adequadas para tratar do assunto de pós-graduação. Solicita que
43 também se encaminhe para a pós-graduação. 9) **Rodrigo de Souza** deu as boas
44 vindas à representação discente. Citou um ponto importante é de se ter informações o
45 que viabiliza uma tranquilidade institucional facilitando a condução da direção para
46 refletir e discutir questões fundamentais sobre a nossa universidade. A ampliação do
47 prazo, a entrega hoje do material facilita a exposição das informações e terá uma
48 clareza maior do conjunto da universidade em relação ao tema e principalmente
49 distenciona. Outro ponto fundamental é termos clareza de uma atenção político
50 acadêmica, pois teremos essa tensão entre pensar a região e pensar o local. Na hora

1 de determinadas decisões estratégicas que vão afetar propostas e expectativas e
2 perspectivas das unidades em si, de determinados programas e atividades. Teremos
3 que pensar em dois movimentos, não só com o movimento de análise do nosso local,
4 mas sim do ponto de vista da região sul e sudeste mineiro. Quais são os caminhos
5 estratégicos? O que é que pode haver concorrência e não uma complementaridade,
6 solidariedade entre as diferentes universidades? Então, cria-se uma questão política e
7 acadêmica que é importante de ser ressaltada e importante da gente vislumbrar como
8 operacionalmente vamos fazer isso em relação à coordenação geral do consórcio. A
9 clareza desses fatos evita uma dicotomia, ou seja, ações do consórcio e ações das
10 unidades totalmente desarticuladas e não integradas. O terceiro aspecto importante é
11 que as ações do consórcio terão recursos próprios, mas lembra que ao intensificar
12 ações que fortalece o consorcio irá gerar uma série de demandas. Essas demandas
13 podem gerar uma necessidade de recursos para manutenção das atividades então
14 desenvolvidas por cada unidade. O impacto da atividade consorciada gera um
15 impacto para as atividades realizadas pelas próprias unidades, pois senão iremos
16 sobrecarregar e afetará a condição de trabalho dos docentes e dos TAEs. E isso não
17 irá potencializar e sim fragilizar o que está consolidado. O **Conselheiro Alexandre**
18 **Zanini** fazendo um aparte fez um histórico do consórcio que se tornou público ao
19 final de julho, e em agosto foi assinado o protocolo de intenções que é genérico e sua
20 redação é a de intenção de criar um consórcio. Estamos em meados de outubro, e
21 nesses dois meses a partir do momento em que os grupos começaram a reunir é que
22 começou a se materializar um documento. Frisou que só podemos disponibilizar o
23 que se tem e lembrou que hoje não existe um instrumento legal que permita o
24 consórcio, ou seja, o consórcio hoje não pode ser formalizado. Por isso está se
25 buscando uma solução para esse fato. Para concluir reafirmou que do dia que se
26 tornou público até hoje temos dois meses e temos que discutir e no Conselho
27 Superior de cada universidade definir a adesão ou não. E lembrou que vai ter uma
28 cláusula de critério de inclusão e exclusão que a qualquer momento, qualquer ente
29 consorciado pode solicitar sua saída do consórcio. **10) Edna Hernandez** parabenizou
30 os gestores das universidades pela construção do anteprojeto e ressaltou a
31 importância de se ter um documento para discutirmos com os pares na unidade
32 acadêmica. Em seguida fez uma abordagem histórica e cronológica de algumas
33 ações. Lembrou que em 2004 quando assumiu a gestão na FAEFID os professores
34 nessa época se sentiam um pouco sem sentido de ser professor universitário e nossa
35 grande luta era a excelência acadêmica ter um curso de pós-graduação *stricto sensu*
36 na nossa unidade. A FAEFID não tinha um quadro de doutores para encaminhar a
37 CAPES um projeto de mestrado. A FAEFID fez um consorcio de dois com a UFV e
38 fizemos o mestrado, que transformou nossa faculdade, inclusive em dados
39 numéricos. Em 2008 visando à capacitação de professores fizemos um consórcio de
40 cinco universidades: UFJF, Federal de São João Del Rei, Federal de Viçosa, Federal
41 de Lavras, Federal de Ouro Preto. Em 2009 procuramos a Federal de Uberlândia e a
42 UFMG para conhecer um pouco mais a área de extensão e também procuramos a
43 Federal de São João Del Rei para fazer um curso de graduação à distância em
44 Educação Física. Em maio de 2010 convidamos todas as IFES Mineiras que tem
45 curso de Educação Física, num total de oito universidades, para juntos pensarmos
46 ensino, pesquisa e extensão. E as oito instituições vieram na UFJF em setembro e
47 onde podemos conhecer todas as possibilidades de trocas, mobilidade estudantil,
48 docente e TAE. Um dos itens da pauta foi o planejamento estratégico, a missão, a
49 excelência acadêmica na área de educação física no estado de MG e pensando na
50 política do desporto universitário convidamos um representante da Confederação

1 Brasileira do Desporto Universitário para que todas as IFES Minas tenham uma
2 política para o desporto universitário e uma política para pensar nos megaeventos,
3 visto que hoje nos temos essa possibilidade de pleiteando com o apoio das outras
4 IFES mineiras. Concluiu dizendo que a FAEFID é um exemplo de que o consórcio
5 tem dado certo. **11) Acadêmica Mirely Vasconcelos** diz que cabe a Reitoria
6 encaminhar um debate com quem sabe do consórcio, que é o Reitor da UFV, o
7 Professor Luiz Claudio, que é o Coordenador do Consórcio e convidar um
8 representante do MEC para explicar de onde está vindo a verba. Concluiu dizendo
9 que existe um site do consórcio no domínio eletrônico da UFV, onde reitores, vice-
10 reitores, pró-reitores tem acesso e podem já estar mandando as propostas para a
11 comissão de sistematização, para que sejam implementadas e levadas para a reunião
12 posterior. E solicitou o esboço do projeto de Lei que irá garantir o consórcio.
13 Perguntou também qual o caráter da reunião que está marcada para Alfenas, no dia
14 05 (cinco) do corrente. Essa é uma reunião chamada pelo consórcio? Diz que a
15 Reitoria tem que garantir a presença de todos os segmentos. O **Presidente do**
16 **Conselho** informou que os jurídicos das universidades estão trabalhando nesse
17 esboço do projeto, mas o que MEC é quem deverá encaminhar a proposta. Quanto à
18 reunião do dia 05 do corrente, se caso for confirmada enviaremos os representantes.
19 Em seguida fez uma proposta de encaminhamento sugerindo até o final de novembro
20 a discussão nas unidades e nos segmentos. Até meados de dezembro reunir o
21 Conselho Superior para deliberação de adesão ou não ao consórcio. **12) João Batista**
22 **Picininini** propõe que se tenha um calendário de ações, para que as unidades saibam
23 até quando terão que discutir internamente. **13) Acadêmica Fabíola** propõe que a
24 Reitoria elabore um calendário de debates, e que conte com a presença de um
25 representante do MEC e outros debates, no mínimo quatro, onde será exposto mais a
26 nossa parte acadêmica. Um debate tem que ser aberto para que a comunidade
27 acadêmica possa contribuir. A outra proposta é disponibilizar o PDI, o termo de
28 intenção e a Minuta do Projeto de Lei para que possamos colocar no blog do DCE e
29 no site da UFJF. Outra proposta é elaborar um relatório de como tem sido executada
30 a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares, BIs, isso independente do
31 Consórcio. É com a finalidade de saber o que foi colocado, como caminhou para
32 termos uma avaliação qualificada e sabermos como anda a situação da nossa
33 graduação aqui com todos os cursos novos. O Conselheiro Alexandre Zanini fazendo
34 um aparte diz que o Reitor Luiz Cláudio e o representante do MEC tudo vai ser
35 canalizado para esse debate. Então propôs um quinto debate onde consolidaria tudo o
36 que tivesse dúvida, sendo que nesse debate teria a presença do Reitor de Viçosa e do
37 representante do MEC. **13) Conselheira Maria dos Remédios representante dos**
38 **TAE** propôs um único debate que participaria toda a comunidade acadêmica, e diz
39 que o motivo dessa proposta se faz em razão da experiência de se promover vários
40 debates e não ter participação de ninguém. **13) Rubens representante da APES**
41 propõe sem prejuízo dos quatro debates, propõe que a administração superior se
42 comprometa a realizar um grande debate, com a presença do MEC e do Professor
43 Luiz Cláudio, Reitor de Viçosa. Aproveitou a oportunidade para solicitar aos
44 diretores que buscassem motivar os debates na sua área. A Conselheira Maria dos
45 Remédios pedindo um aparte e buscando o consenso retirou sua proposta. O **Senhor**
46 **Presidente** fez a proposta de até final de novembro estar reunidos com uma proposta
47 consolidada da UFJF. Lembrou que terminado esse processos iremos reunir com as
48 outras universidades para tentarmos fechar um documento único, e penso que esses
49 primeiros 15(quinze) dias do mês de dezembro sejam pra esse trabalho. Colocada em
50 votação a data limite de 30 de novembro para discussão e deliberação no Conselho

Superior, a proposta foi aprovada por unanimidade. Frisou o Senhor Presidente que as entidades de classe poderão promover seus debates internos e se a Administração Superior for convidada estará presente. Outro aspecto e o das unidades acadêmicas levarem a discussão interna nas unidades e nos seus conselhos. O Conselheiro Condé pergunta sobre qual versão a discussão será feita. O Presidente do Conselho propõe que na segunda-feira o Secretário Geral encaminhe para todos integrantes do Conselho, o documento mais recente e já revisado. O Conselheiro Eduardo Condé propõe que essa discussão ser levada aos conselheiros. O **Senhor Presidente** encaminha a seguinte proposta: debate interno de 19 de outubro a 05 de novembro; de 08 a 12 de novembro, grande debate com a presença Reitor Luiz Cláudio da Federal de Viçosa, e do representante do MEC. Na semana seguinte prazo para os Conselhos de Unidades decidirem. Dia 30 de novembro nova reunião do Conselho Superior. Em seguida o Presidente submeteu a proposta à votação, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião, que foi secretariada por mim, Basileu Pereira Tavares, que para constar lavrei a presente que dato e assino. Juiz de Fora, 14 de outubro de 2010.x

Prof. Dr. José Luiz Rezende Pereira
 Prof. Dr. José Luiz Rezende Pereira
 Vice-Reitor no exercício da Reitoria

Basileu Pereira Tavares
 Basileu Pereira Tavares
 Secretário Geral

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 20 / 10 / 2010

1. <i>Luiz Cláudio da F.</i>	2. <i>Gilene Alves da Silva</i>
3. <i>Rafael Aguiar</i>	4. <i>Antonio Carlos</i>
5. <i>Antonio Carlos</i>	6. <i>Wilhelm P. Freire</i>
7. <i>Edson A. P. Lima - LETRAS</i>	8. <i>Ricardo Cristóvão</i>
9. <i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	10. <i>Edson A. P. Lima</i>
11. <i>João Roberto</i>	12. <i>Liciana Pinto da Silva</i>
13. <i>M. A. P.</i>	14. <i>Antonio Carlos</i>
15. <i>Henrique A. P.</i>	16. <i>Antonio Carlos</i>
17. <i>Antonio Carlos</i>	18. <i>Antonio Carlos</i>
19. <i>Antonio Carlos</i>	20. <i>Antonio Carlos</i>
21. <i>Antonio Carlos</i>	22. <i>Antonio Carlos</i>

23. <i>Silvia de O</i>	24. <i>Marise P. Mendes</i>
25. <i>et al.</i>	26. <i>Wanderley</i>
27. <i>Bonfim & F.</i>	28. <i>Amorim</i>
29. <i>Romário Geraldo</i>	30. <i>Roberto</i>
31. <i>José Rui Pereira</i>	32. <i>et al.</i>
33. <i>M. Silva</i>	34. <i>et al.</i>
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.